REPÚBLICA PORTUGUESA

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Agrupamento de Escolas

José Silvestre Ribeiro

Idanha-a-Nova

Projeto Educativo

Triénio 2026 / 2029

TEIP

TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA

"Se não puderes voar, corre.
Se não puderes correr, caminha.
Se não puderes caminhar, rasteja,
mas continua em frente de qualquer maneira."
(*Martin Luther King Jr.*)

"Porque eu sou do tamanho do que vejo
e não do tamanho da minha altura."
(Fernando Pessoa)

Índice

		Pág.
Notas prévias		
1.	**Introdução**	5
2.	**Caraterização do Agrupamento de Escolas**	7
2.1.	Caraterização do meio	
2.2.	Caraterização do Agrupamento de Escolas	
2.3.	Oferta Educativa	
2.4.	Análise Diagnóstica: Oportunidades e Ameaças	
3.	**Plano de Ação Estratégica**	20
3.1.	Visão e Missão	
3.2.	Objetivos e Metas	
3.3.	Organização Escolar	
4.	**Redes, Parcerias e Protocolos**	31
5.	**Monitorização e Avaliação do Projeto Educativo**	32
6.	**Estratégia de Comunicação**	34
7.	**Referências Bibliográficas**	35

Notas Prévias

*"A **educação** promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando **cidadãos** capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva."*

Ponto 5. do art.º n.º2 da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro

*A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) vaticinou que a educação para o século XXI se devia organizar atendendo a quatro aprendizagens fundamentais: **aprender a conhecer**, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; **aprender a fazer**, para poder agir sobre o meio envolvente; **aprender a viver** juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas e, por último, **aprender a ser**, via essencial que integra as três precedentes.*

Learning: The Treasure Within (Delors, 1998)

*"A educação é um bem público, um **direito fundamental** e um pré-requisito para o exercício de outros direitos. É essencial para a paz, tolerância, desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável."*

Art.º nº.5 da Declaração de Incheon (UNESCO, 2015)

*" (…) uma educação escolar em que os alunos desta geração global constroem e sedimentam uma **cultura** científica e artística de base humanista."*

Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho

*"O futuro do planeta, em termos sociais e ambientais, depende da formação de cidadãos com competências e valores não apenas para compreender o mundo que os rodeia, mas também para procurar soluções que contribuam para nos colocar na rota de um desenvolvimento **sustentável** e **inclusivo."***

Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, setembro de 2017

*"(…) onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena **inclusão** social."*

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho

*"(…) desenvolver nos alunos **competências** que lhes permitam questionar os saberes estabelecidos, integrar **conhecimentos** emergentes, comunicar eficientemente e resolver problemas complexos."*

Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho

1. Introdução

A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), lei nº46/86, trouxe aos diferentes intervenientes no processo educativo – alunos, professores e famílias – um novo e importante papel no processo de participação na educação e gestão das escolas, no sentido de *" (…) descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes"* e *" (…) contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adoção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias."*
A publicação desta *Lei de Bases* abre portas à criação de *espaços de liberdade para que as escolas definam um conjunto de normativos internos (que, de acordo com a sua identidade e considerando o contexto social em que se inserem, estabeleçam o seu caráter próprio e as suas especificidades*.

O Decreto-Lei 137/2012 proclama que "*o Projeto Educativo é o documento que consagra a orientação educativa do Agrupamento de Escolas (…), elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o Agrupamento de Escolas se propõe cumprir a sua função educativa.*"

Este documento assume-se como um instrumento aglutinador e mentor da atuação educativa que expõe as finalidades e funções da escola, regista os problemas e a sua resolução, considera os recursos disponíveis e os que podem ser convocados. Resultado de uma dinâmica colaborativa e inclusiva, o projeto educativo procura mobilizar todos os elementos da comunidade educativa, assumindo-se como o rosto visível da especificidade e autonomia da organização escolar.
Qualquer organização é caracterizada pelas interações que se estabelecem entre os diversos membros e pela estrutura que a compõe, isto é, possui o seu próprio sistema psicossocial. A sua dinâmica depende dos valores e intenções que a subjazem e ainda dos recursos materiais, financeiros e humanos disponíveis. Por outro lado, as influências que se estabelecem reciprocamente entre o sistema (organização) e a sua vizinhança (tudo o que a rodeia) tornam estas organizações distintas e singulares.

Alicerçado nessa singularidade cada Agrupamento de Escolas necessita de conhecer a sua situação presente para poder perspetivar a sua ação futura. É nessa premissa que surge a elaboração do Projeto Educativo, documento estratégico onde se reflete sobre o presente e se estabelecem as linhas orientadoras relativamente ao que propomos alcançar num horizonte de três anos, indicando um rumo para o que se considera dever ser o exercício da ação educativa do Agrupamento de Escolas.

É na dinâmica concebida, tanto em torno da formulação como da operacionalização deste documento estruturante e estratégico, que a comunidade educativa se reconhece e se identifica, partilhando valores e preocupações, revendo-se neles e sentindo-os, congregando-se assim na construção de um projeto coletivo que, de acordo com as suas especificidades, atende de forma inequívoca às solicitações demandadas pela sociedade/comunidade local a que assiste.
Vivemos num mundo complexo e fazemos parte duma sociedade multifacetada, essa realidade trespassa para a escola e converte a sua função educadora numa tarefa desafiante. Numa sociedade em constante mutação e onde o acesso à informação se encontra disponível à distância de um *clique* em qualquer dispositivo eletrónico, a escola (comunidade) tem o dever de evoluir procurando metodologias inovadoras que fomentem uma real aprendizagem a todas as crianças, jovens e adultos que as frequentam. A formação integral das crianças e jovens, tal como preconizada pela Lei de Bases do Sistema Educativo, exige que os vários atores da comunidade educativa sejam capazes de refletir sobre as suas ações, participando mais ativamente numa comunidade cooperante e democrática na escola.
Conscientes destas dificuldades e das incertezas que nos rodeiam construímos um projeto que almeja a consecução do desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos nossos alunos. E, neste sentido, pretendemos comprometer todos os atores sociais (comunidade educativa) no desígnio de melhorar o desempenho de todos e de cada um, promovendo uma melhor educação e formação nos nossos alunos.

Os termos *Valorizar, Incluir, Decidir, Aprender* e o acrónimo que os acompanha decorrem desse propósito e traduzem a missão de formação e de uma educação escolar em que os alunos participam de forma ativa na construção e sedimentação de uma cultura científica e artística de base humanista.

2. Caraterização do Agrupamento de Escolas

O **Agrupamento de Escolas José Silvestre Ribeiro** foi constituído no ano letivo de 2002/2003 e agrega todos os estabelecimentos de ensino de educação pré-escolar e do ensino básico e secundário da rede pública, do concelho de **Idanha-a-Nova**. Este concelho, com cerca de 8300 habitantes, insere-se na **Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa**.

2.1. Caraterização do Meio

O concelho de Idanha-a-Nova, situado no distrito de Castelo Branco, de acordo com os dados inscritos no Instituto Nacional de Estatística, integra a Unidade Territorial Estatística de nível III (NUT III) da Beira Baixa (Região Estatística do Centro - NUT II) que compreende, ainda, os concelhos de Castelo Branco, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão.
Com uma área de cerca de 1415 km^2, é um dos onze concelhos pertencentes ao distrito de Castelo Branco. Confina a norte com o concelho de Penamacor, a oeste com os concelhos do Fundão e de Castelo Branco, a leste e a sul com Espanha (Cáceres - Estremadura).

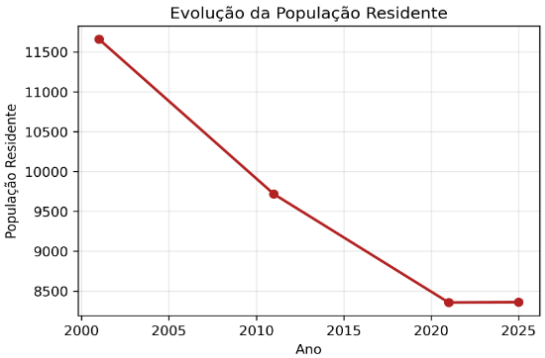
O concelho é constituído por 13 freguesias correspondentes a 17 localidades com outros aglomerados populacionais anexos. Em 2019, no universo dos trabalhadores por conta de outrem do município de Idanha-a-Nova, os homens ganhavam em média, por mês, 921 euros e as mulheres 889 euros; estes valores situam-se abaixo da média nacional de rendimentos do trabalho.

No concelho ocorre alguma sazonalidade laboral que envolve a mobilidade de trabalhadores e de famílias entre Portugal e Espanha, sobretudo. Uma parte significativa deste grupo de indivíduos são de etnia cigana e reside, apenas, temporariamente na região o que implica situações de abandono escolar temporárias dos alunos e manifesta despreocupação com as atividades pedagógicas.

O concelho denota uma baixa densidade populacional com perda de população significativa nas últimas décadas. Em 2025, dos 8360 residentes no município de Idanha-a-Nova, cerca de 700 eram estrangeiros. Segundo a *Pordata*, no município de Idanha-a-Nova, por cada 100 residentes, há 9,3 jovens com menos de 15 anos, 49,1 adultos e 49,9 idosos. Constitui um dos concelhos menos povoados do país, onde a população idosa apresenta a maior percentagem de representatividade.

*Tab.1 / Fig. 1 - **Evolução da população residente no concelho de Idanha-a-Nova*** [1]

Anos	População Residente
2001	11659
2011	9716
2021	8356
2025	8360



*Tab.2 - **Estrutura etária da população Concelho de Idanha-a-Nova*** [2]

2001	Percentagem
0 - 14 Anos	9,0
15 - 64 Anos	50,3
65+	40,7

2011	Percentagem
0 - 14 Anos	8,7
15 - 64 Anos	48,4
65+	42,9

2021	Percentagem
0 - 14 Anos	8,7
15 - 64 Anos	48,5
65+	42,8

2025	Percentagem
0 - 14 Anos	9,3
15 - 64 Anos	49,1
65+	49,9

2.2. Caraterização do Agrupamento de Escolas

O Agrupamento de Escolas compreende a educação pré-escolar, primeiro, segundo e terceiro ciclos do ensino básico, bem como ensino secundário. Integra um Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP).

A distribuição dos diferentes estabelecimentos de ensino está presente no seguinte esquema.

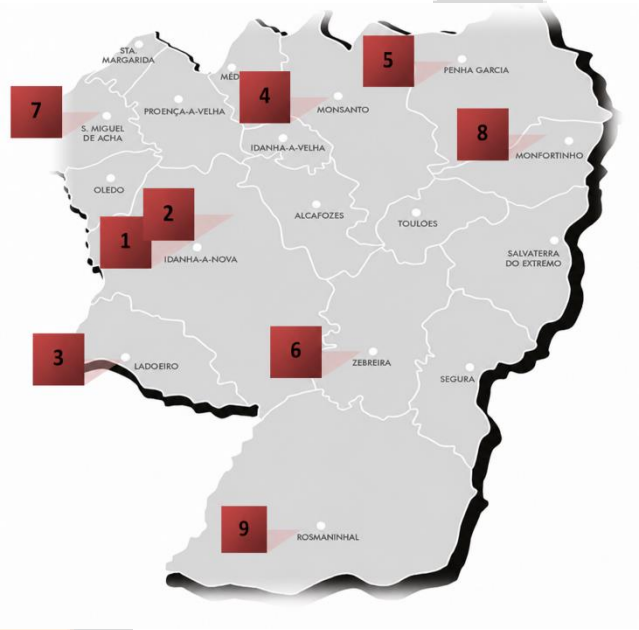


*Fig. 2- **Distribuição geográfica dos estabelecimentos de ensino que integram o AEJSR**[3]*

Distribuição Geográfica

1. **EB 2,3/Sec. José Silvestre Ribeiro, Idanha-a-Nova**
2. **JI e EB1 de Idanha-a-Nova**
3. **JI e EB1 do Ladoeiro**
4. **JI e EB1 de Monsanto**
5. **JI e EB1 de Penha Garcia**
6. **JI e EB1 de Zebreira**
7. **JI de S. Miguel D´Acha**
8. **JI de Termas de Monfortinho**
9. **JI de Rosmaninhal**

Alunos

Frequentam o Agrupamento de Escolas alunos de várias nacionalidades: *indiana, ucraniana, holandesa, inglesa, romena, brasileira, italiana, francesa, alemã, espanhola, nigeriana, belga, cabo-verdiana, guineense, angolana e são-tomense*, sendo que o grupo predominante é o dos alunos provindos do São Tomé e Príncipe.

Muitas vezes os alunos estrangeiros chegam a Portugal no decurso do ano letivo e são integrados em condições desiguais porque não têm competências a nível da língua portuguesa. Apesar dos esforços desenvolvidos pela escola para um bom acolhimento e rápida integração, alguns estudantes enfrentam, ainda, dificuldades no processo de aprendizagem.

De acordo com os dados da plataforma *MISI, Pordata* e do Centro Qualifica, a evolução do nº de alunos, desde 2022, foi a seguinte:

Ano	Ensino	
	Regular	CQ
2022-2023	682	486
2023-2024	696	480
2024-2025	695	460
2025-2026	717	675

*Tab.3 – **Evolução do número de alunos** [4]*

Quanto à origem dos alunos, o Agrupamento de Escolas abarca alunos provindos dos vários lugares do concelho de Idanha-a-Nova: Alcafozes, Aldeia de Santa Margarida, Idanha-a-Velha, Ladoeiro, Medelim, Monfortinho, Monsanto, Oledo, Penha Garcia, Proença-a-Velha, Rosmaninhal, Salvaterra do Extremo, São Miguel de Acha, Segura, Toulões, Zebreira e Idanha-a-Nova.
A maioria dos alunos é provinda das freguesias de Idanha-a-Nova/Alcafozes, Ladoeiro e Zebreira/Segura.

O nível socioeconómico das famílias é bastante baixo. Podemos constatar que a percentagem de alunos apoiados pela Ação Social Escolar é de 51%.

*Tab.4 – **Ação Social Escolar** [4]*

Alunos Apoiados pela ASE 2025/2026	Nº de Alunos
Escalão A	159
Escalão B	108
Escalão C	99
TOTAL	366

Atualmente o número de alunos referenciados na *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens* (CPCJ) local é inferior ao de anos anteriores. O absentismo continua a ser um dos principais fatores condicionadores das aprendizagens facilmente observável no contexto escolar. Igualmente considerável é o número de alunos com fraca ambição escolar e baixo compromisso perante as atividades letivas. Pese embora algumas melhorias, acresce um deficiente envolvimento das famílias na vida escolar dos seus educandos.
A Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), cujo funcionamento se encontra plenamente consolidado no Agrupamento de Escolas, configura um recurso organizacional fulcral para a promoção de uma leitura alargada, integrada e participada por todos os intervenientes no processo educativo. Nesta senda, a Educação Especial tem-se afirmado como uma dimensão de inegável valor pedagógico, pautada por elevados padrões de qualidade e profissionalismo.
No entanto, cumpre salvaguardar que, embora se encontre formalmente autorizada a atividade da Unidade de Ensino Estruturado, incluída no Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), para dar resposta a alunos com necessidades específicas, a viabilização plena deste recurso encontra-se severamente condicionada pela atual escassez de recursos humanos e materiais afetos à sua operacionalização.

O Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) constitui uma relevante estrutura de apoio educativo, reunindo recursos humanos e materiais, saberes e competências da escola. Pretende, sobretudo, em colaboração com as demais estruturas e serviços da escola, apoiar a inclusão das crianças e jovens no grupo e nas rotinas e atividades da escola.

A Equipa de Multidisciplinar Apoio ao Aluno e à Família (EMAAF) trabalha em estreita colaboração com as diferentes estruturas pedagógicas do Agrupamento de Escolas e promove o acompanhamento, diagnóstico e sensibilização das crianças, adolescentes, jovens e respetivas famílias com percursos sociais, psicológicos e pedagógicos de risco. Esta equipa pluridisciplinar constitui um espaço reservado de exposição de emoções e afetos, de resolução de conflitos e dos problemas socioeducativos dos alunos e famílias. Tem como principal objetivo intervir nos problemas de indisciplina em meio escolar, apoiando a mediação de disputas e a gestão de comportamentos e emoções através de um acompanhamento individualizado e em grupo e no desenvolvimento de ações de promoção de competências pessoais e interrelacionais.

As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, organizadas numa abordagem multinível, compreendem medidas *universais*, *seletivas* e *adicionais*. Estas são mobilizadas ao longo do percurso escolar do aluno, decorrentes da avaliação e monitorização sistemática dos progressos do aluno por parte dos Conselhos de Docentes, Conselhos de Turma e das Equipas Educativas em sintonia com a Equipa Multidisciplinar e os órgãos de responsabilidade pedagógica do Agrupamento de Escolas.

*Tab.5 – **Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão** [(4)]*

Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão (DL54)	Alunos (2025/2026)
Medidas Seletivas	88
Medidas Adicionais	19
Redução de Turma	67

*Tab.6 – **Apoios efetuados pela EMAAF** [(4)]*

Apoio pela EMAAF	Alunos (2025/2026)
Sinalização	**79**
Apoio à Família/Mediação	**83***
Intervenção na Turma	**3**
Integração Alunos Estrangeiros	**15**
TOTAL	**180**

*inclui visitas domiciliárias

O *Centro Qualifica* (CQ) constitui uma estrutura do Sistema Nacional de Qualificações e assume um papel determinante na construção de pontes entre os mundos da educação, da formação e do emprego, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida. Estes centros de qualificação têm por missão assegurar a prestação de um serviço de qualidade, no domínio da orientação de jovens e adultos, com destaque na informação sobre ofertas escolares, profissionais ou de dupla certificação, que promova uma escolha racional e que atenda, entre outros fatores, aos perfis individuais, à diversidade de percursos quanto ao prosseguimento de estudos ou às necessidades do mercado de emprego.

*Tab.7 – **Alunos associados ao Centro Qualifica** [4]*

Centro Qualifica	Alunos 2021	Alunos 2026 *(até julho)**
Inscrições	683	31
Processos alvo de encaminhamento	643	588
Processos alvo de reconhecimento	47	16
Certificações	1230	40

* Dados de janeiro a julho de 2026

Colaboradores

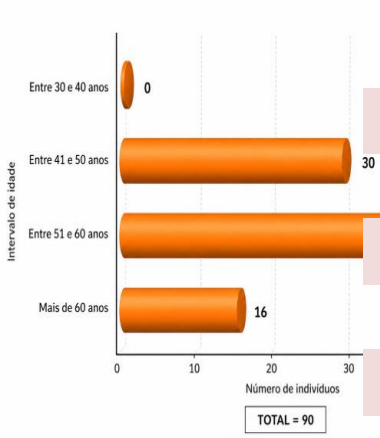
No ano letivo 2025/2026, trabalham no Agrupamento de Escolas José Silvestre Ribeiro 148 funcionários, distribuídos por diferentes categorias, entre as quais a mais significativa é a dos professores (90 docentes).

*Tab.8 – **Trabalhadores do Agrupamento de Escolas** [4]*

Categoria	Nº de Colaboradores
Assistentes Operacionais	**45**
Assistentes Técnicos	**7**
Técnicos Superiores	**6**
Professores	**90**
TOTAL	**148**

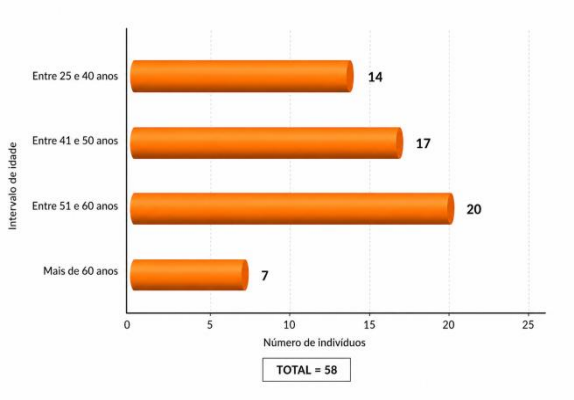
A tabela seguinte retrata a estrutura etária dos funcionários docentes e não docentes.

*Tab.9 / Fig.3 – **Estrutura etária dos trabalhadores do AE** [4]*



Estrutura Etária dos Docentes

Idade	Número
Entre 30 e 40 anos	**0**
Entre 41 e 50 anos	**30**
Entre 51 e 60 anos	**44**
Mais de 60 anos	**16**
TOTAL	**90**



Estrutura Etária dos Não Docentes

Idade	Número
Entre 25 e 40 anos	**14**
Entre 41 e 50 anos	**17**
Entre 51 e 60 anos	**20**
Mais de 60 anos	**7**
TOTAL	**58**

A experiência e estabilidade do corpo docente do Agrupamento de Escolas são uma mais-valia para o processo de ensino e aprendizagem. O quadro que a seguir se apresenta carateriza os elementos deste grupo a nível da sua situação profissional.

Tab.10 – **Situação Profissional dos Docentes** [4]

Situação Profissional dos Docentes		
Situação Profissional	**Número**	**%**
QAE	**58**	**64.4%**
QZP	**28**	**31.2%**
Contrato	**4**	**04.4%**
TOTAL	**90**	**100%**

2.3. Oferta Educativa

O Agrupamento de Escolas compreende a educação pré-escolar, o primeiro, segundo e terceiro ciclos do ensino básico, bem como o ensino secundário num Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP).

Atualmente, fruto da existência de uma instituição de ensino profissional no concelho, não compreende turmas do ensino profissional, ao contrário de anos letivos anteriores.

O Centro Qualifica é outra estrutura relevante da atividade educativa do Agrupamento de Escolas.

No ano letivo 2025/2026, os alunos estão distribuídos pelos níveis de ensino do seguinte modo:

*Tab.11 – **Alunos inscritos no ano letivo de 2025/2026*** [4]

Ensino Pré-escolar

Estabelecimento de Ensino	Nº de Alunos	Nº de Turmas
JI Idanha-a-Nova	36	2
JI Ladoeiro	7	1
JI Monsanto	17	1
JI Penha Garcia	6	1
JI Zebreira	25	1
JI S. Miguel d'Acha	17	1
JI Rosmaninhal	10	1
JI Termas de Monfortinho	3	1
TOTAL	**121**	**9**

1º CEB

Estabelecimento de Ensino	Nº de Alunos	Nº de Turmas
EB1 Idanha-a-Nova	133	6
EB1 Ladoeiro	36	2
EB1 Monsanto	22	2
EB1 Penha Garcia	8	1
EB1 Zebreira	33	2
TOTAL	**232**	**13**

2ºCEB / 3º CEB / E. Secundário

Nível de Ensino	Nº de Alunos	Nº Turmas
2º CEB	105	6
3º CEB	197	10
Secundário	75	4
Total	**377**	**20**

Tab.12 – **Total de Alunos 2025/2026** [4]

Agrupamento de Escolas José Silvestre Ribeiro, Idanha-a-Nova

Nível de Ensino	Nº de Alunos
Pré-Escolar	121
1º CEB	232
2º CEB	102
3º CEB	197
Secundário	81
CQ	252

2.4. Análise Diagnóstica: Oportunidades e Ameaças

Dos problemas subjacentes ao Projeto Educativo, agora revisto, foram conseguidas melhorias que seria incorreto subestimar. O presente diagnóstico incorpora perspetivas e recomendações do anterior projeto em articulação com as conclusões do relatório da *Avaliação Externa* de novembro de 2022, bem como algumas conceções inscritas no *Plano de Ação* do Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas. Foram, igualmente, tidos em conta as resultados da monitorização perpetrada pela equipa de autoavaliação.

O diagnóstico estratégico está assente numa identificação e caraterização dos pontos fortes e dos pontos fracos que se reportam a **oportunidades** (a aproveitar) e a **ameaças** (a evitar) – *análise SWOT (strengths, weaknesses, opportunities e threats)*.

Destacam-se os seguintes **pontos fortes**, correspondentes ao trabalho efetuado com elevado nível de competência:

Pontos Fortes

- recursos humanos eficientes no combate ao abandono e absentismo;
- corpo docente estável, disponível e empenhado no auxílio e acompanhamento dos alunos;
- liderança dedicada e visão estratégica da direção do Agrupamento de Escolas;
- eficiente comunicação entre os elementos da comunidade educativa;

- eficaz articulação curricular interciclos;
- planeamento e organização de atividades diversificadas em articulação com as *Aprendizagens Essenciais* e o *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória*;
- constituição de equipas educativas alicerçadas na flexibilidade curricular com forte papel na dinamização de *Domínios de Autonomia Curricular*;
- diagnóstico e reação às dificuldades sentidas nos processos letivos e pedagógicos;
- respostas educativas adequadas no âmbito das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão;
- transparência nos processos de avaliação dos alunos;
- monitorização de resultados a diferentes níveis;
- formação docente e não docente de qualidade direcionada para a formação integral dos alunos;
- desenvolvimento de atividades de orientação vocacional e profissional, coerentemente delineadas, como informação auxiliar na escolha de cursos;
- funcionamento de clubes, projetos e parcerias em articulação com as dinâmicas curriculares;
- intervenção diversificada, para além dos limites concelhios, na qualificação pessoal e profissional da população adulta;

Os pontos fracos apontam para áreas que urgem mudança e correção, quais sejam:

Pontos Fracos

- alunos com fraca ambição escolar e baixo compromisso perante as atividades letivas;
- persistência de problemas comportamentais com implicações no processo de ensino/aprendizagem e avaliação;
- resultados escolares aquém das expectativas, apesar do progresso registado nos últimos anos;
- ausência de oferta educativa diversificada, dificultando percursos escolares alternativos;
- reformulação da autoavaliação do AE, como instrumento estratégico para a melhoria.
- deficiente envolvimento das famílias no acompanhamento do processo educativo dos seus educandos;
- frágil participação da Associação de Pais nas atividades do AE;
- débil participação da Associação de Estudantes nos processos de tomada de decisão;
- dificuldades na integração de alunos estrangeiros na comunidade educativa;
- dificuldades na adaptação de alunos de etnia cigana e outros;
- condições físicas de alguns estabelecimentos de ensino

Perante esta análise, podem ser definidas as seguintes oportunidades e ameaças:

Oportunidades

- serviço educativo adequado às realidades da comunidade educativa;
- reconhecimento do AE como instituição educativa de referência;
- melhoria e diversificação das estratégias pedagógicas;
- melhoria dos resultados escolares;
- regressão evidente do abandono escolar e do absentismo;
- elevação dos níveis de escolaridade da população adulta;
- aumento da multiculturalidade nas escolas, fruto da inclusão de alunos estrangeiros e de diferentes etnias;
- capacitação dos encarregados de educação em literacia digital;
- estabelecimento de parcerias com entidades regionais e locais;
- melhorias na divulgação da atividade do AE e na promoção da respetiva imagem;
- papel ativo da Biblioteca e Centro de Recursos do AE enquanto parceiro na concretização das competências pedagógicas e transversais dos alunos;
- diálogo profícuo e articulação com diferentes parceiros institucionais com funções no âmbito da educação e do apoio social;

Ameaças

- número reduzido de alunos com percurso direto de sucesso;
- algumas reservas em relação às potencialidades da flexibilidade como forma de gestão curricular ajustada ao contexto e às especificidades dos alunos;
- desvalorização, por parte das famílias, dos mecanismos de apoio na recuperação e consolidação das aprendizagens disponibilizados pelo Agrupamento;
- fraca assiduidade dos alunos de etnia cigana, apesar dos esforços do AE em contrariar a situação;
- insuficiência de pessoal administrativo para a concretização capaz das tarefas;
- equipamento informático obsoleto e cobertura de rede ineficiente em diferentes escolas do AE;
- decréscimo no número de alunos no concelho de Idanha-a-Nova (NUT III – Beira Baixa);

Destacam-se desta análise, enquanto fatores potenciadores da execução do Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas, o desenvolvimento de projetos diversos, de acordo com a *Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola*, o incremento do uso das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas quotidianas de funcionamento das diversas atividades, letivas ou não, a ação dos professores na diversificação de estratégias e metodologias pedagógicas, a incorporação dos encarregados de educação enquanto colaboradores pontuais e a presença forte da Biblioteca

Escolar na concretização das aprendizagens essenciais e na materialização das competências transversais estipuladas.

3. Plano de Ação Estratégica

O termo *VIDA* enquanto princípio de existência, de força, de entusiasmo e de atividade é, igualmente, um acrónimo que replica a incumbência da escola:

Valorizar, Incluir, Decidir e **Aprender**.

A Escola inserida numa sociedade democrática deve ser capaz de constituir-se como modelo para o desenvolvimento da personalidade individual e para o progresso da Humanidade. É nessa premissa que o acrónimo VIDA (Valorizar / Incluir / Decidir / Aprender) se reveste de todo o sentido neste projeto educativo.

"A Escola é vida e a vida é escola"

Valorizar cada um na sua unicidade e todos na sua pluralidade. Respeitar a liberdade de opiniões, de crenças, de tradições e aceitar as diferenças que caracterizam a sociedade. Reconhecer o empenho e o trabalho realizado. Estimar a identidade regional/nacional e cultural da comunidade envolvente.

Incluir todos e cada um como pessoas fundamentais na construção de uma sociedade mais justa e solidária. Compreender a diversidade (multiculturalismo) como uma mais-valia para uma vivência comunitária mais evoluída e mais preparada para a adversidade. Envolver a comunidade na comunicação em rede fomentando uma cidadania mais pró-ativa.

Decidir democraticamente nos órgãos colegiais sobre as resoluções pedagógicas e organizacionais da Escola. Escolher processos e metodologias de aprendizagem potenciadoras de um desenvolvimento pessoal efetivo.

Aprender âmago da existência de qualquer escola.

Em suma, pretende-se valorizar os diferentes saberes e as diferentes sabedorias, incluir alunos e elementos da comunidade educativa de diversas origens e com diferentes culturas, ajudar nas tomadas de decisão através da valorização da autonomia, conjugando diferentes visões e opiniões e com o contributo de todos, permitindo uma aprendizagem mobilizadora de valores e competências que possibilitam uma intervenção cívica livre, ativa, consciente, responsável e fundamentada, sobre questões naturais, sociais e éticas.

A estratégia estabelecida deve habilitar os jovens com os saberes e os valores indispensáveis para a edificação de uma sociedade mais justa, centrada na dignidade humana e na ação sobre o planeta enquanto bem comum a preservar.

Torna-se necessário criar uma nova cultura assente na ação preventiva, de acordo com os sinais de mudança que as sociedades de hoje emitem de forma cada vez mais célere. As estratégias, as medidas e as ações para o cumprimento eficaz dos objetivos inerentes à sua missão exigem a modificação gradual e ponderada da prática pedagógica em sala de aula. O modelo predominante na base de uma pedagogia transmissiva, fazendo do professor um mero portador de conteúdos e do aluno um simples recetor desses mesmos conteúdos, deve ceder o lugar a um processo pedagógico multidimensional e interativo. Decorre desta alternativa a emergência do aluno como fulcro do ensino-aprendizagem, ou seja, a sua conversão em sujeito criativo do ato de aprender.

O recurso a abordagens pedagógicas que promovam a participação ativa dos alunos, envolvendo-os num "*estudo em profundidade sobre determinado tema ou tópico*" (Katz & Chard, 2009), baseia-se em temas, problemas ou questões que resultam dos interesses dos alunos e das suas necessidades. Implica utilizar metodologias inovadoras a fim de introduzir a almejada simetria entre a escola e a vida.
Os alunos terão de se envolver nas aprendizagens de modo a adquirir e consolidar o protagonismo desejável na procura e aquisição de conhecimento. O professor deixará de ser o detentor e transmissor do conhecimento, passando para uma função de partilha e de orientação da acção dinâmica e inquiridora do aluno.

A integração da tecnologia no universo educativo é incontornável, porque oferece ao estudante mais experiências fora da sala de aula, o que torna a aprendizagem mais interessante e democrática. Seja através da *metodologia de Trabalho de Projeto*, cuja implementação já se encontra em curso no 1ºCEB; seja por meio da *metodologia Stem/Steam*, privilegiando a multidisciplinaridade em sala de aula; seja por ou outra metodologia, o objetivo central é colocar o aluno no centro do processo, co-responsabilizando-o pela sua própria aprendizagem. O *Perfil do Aluno* (PASEO) não pode deixar de se incorporar nesta conceção abrangente, devido ao seu referencial para as decisões a adotar pelos estabelecimentos de ensino, sendo efetivamente uma "*matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem*". O desenvolvimento de projetos virados para a operacionalização de diferentes perspetivas de integração curricular que superem visões fragmentadas e favoreçam a construção de uma visão mais compreensiva e holística, constitui também estratégia indispensável.
Num mundo cada vez mais tecnológico e digital, a escola tem de orientar as novas gerações capacitando-as para as imensas oportunidades que a sociedade lhes proporciona. Deve preparar as crianças e os jovens para um futuro diferente, imponderável, com potencialidades, mas também com fatores de crescente preocupação e de instabilidade. Paralelamente, deve propagar competências sociais e propensões emocionais para lidar com a informação dos média e das redes sociais, num mundo cada vez mais global, onde os problemas mundiais são problemas de todos, nomeadamente os que afetam a sustentabilidade do planeta e os valores da democracia.

A escola do século XXI tem de apostar numa educação que promova o pensamento crítico, a inovação, a resolução de problemas, a exploração cognitiva, a experimentação, o trabalho em equipa e o debate de ideias, além da (sempre) irrecusável igualdade de acesso de oportunidades.
Neste sentido, o AEJSR privilegia, na dimensão curricular, orientações pedagógicas conducentes a práticas educativas que promovam o desenvolvimento de aprendizagens de qualidade e que correspondam às necessidades de todos os alunos. Por isso, norteia a sua ação pelas seguintes linhas orientadoras:

GESTÃO DO CURRÍCULO

- Conceber um currículo que aposte em dinâmicas de ensino e aprendizagem assentes numa perspetiva investigadora, de resolução de problemas e de trabalho em equipa;
- Conceber um currículo que assuma a avaliação como componente indissociável do ciclo constituído pelo ensino e a aprendizagem, isto é, uma avaliação formativa contextualizada;
- Promover a integração e inclusão de todos os alunos, desenvolvendo as suas potencialidades e dando resposta às suas expectativas e necessidades;
- Promover relações de confiança dos alunos com os seus pares, os docentes e outros atores internos ou externos, impulsionadoras do seu desenvolvimento global;
- Incrementar a participação e envolvimento dos alunos em projetos e ações nacionais e internacionais que permitam desenvolver a liderança, a autonomia, a reflexão, a partilha e o respeito pelas diferenças;
- Integrar os profissionais em grupos e redes de trabalho e partilha, internas e externas, que permitam a troca de experiências, a reflexividade e a inovação;
- Reforçar as literacias de todos os elementos da comunidade escolar, nomeadamente a digital.

AVALIAÇÃO

O propósito da avaliação pedagógica é estar ao serviço da melhoria das aprendizagens dos alunos e do ensino em geral. Deve acompanhar todas as práticas pedagógicas e processos de ensino e aprendizagem para que estes possam ser regulados e melhorados. A avaliação tem de estar articulada com o desenvolvimento do currículo enquanto processo indissociável da aprendizagem e do ensino. Neste sentido, terá reflexos na qualidade e na democratização do sistema educativo.
Requerem-se os seguintes aspetosestruturantes:

- Critérios de avaliação claros e plausíveis;
- Diversificação de práticas, tarefas e instrumentos de avaliação nas diferentes modalidades;
- Implementação de mecanismos de autorregulação das aprendizagens;
- Promoção da utilização das ferramentas digitais para autorregulação e avaliação;
- Divulgação da informação devolvida aos alunos e aos encarregados de educação com regularidade e qualidade;
- Promoção de momentos de discussão e reflexão sobre avaliação com alunos, docentes e encarregados de educação.

O AEJSR pretende continuar a percorrer este caminho, no sentido de generalizar os procedimentos de avaliação pedagógica para promover um processo de aprendizagem e ensino cada vez mais eficaz.

INCLUSÃO

Ser uma escola inclusiva é ser uma escola para todos; trabalhar em conjunto com todos e com cada um; comprometer-se em proporcionar programas educativos adequados à sua singularidade, de acordo com as suas capacidades e aptidões; promover a formação integral dos indivíduos, preparando-os para a aprendizagem ao longo da vida e para o exercício de uma cidadania responsável e participativa. Ser uma escola inclusiva é o caminho que o AEJSR se propõe continuar em desígnio de contínua melhoria.

CIDADANIA

O AEJSR, ao ambicionar a formação académica, pessoal e social, aponta para um processo educativo que visa, simultaneamente, a qualificação individual e a formação cívica. O AEJSR tem desenvolvido, e assume o compromisso de continuar a desenvolver, atividades e projetos extracurriculares e de complemento curricular que envolvam os alunos em situações reais de vivência da cidadania e assimilação.

DIGITALIZAÇÃO

A digitalização da escola do século XXI constitui uma oportunidade única de transformar o processo de ensino/aprendizagem/avaliação com recurso a ferramentas digitais mais eficazes e motivadoras. Esta aposta na digitalização em contexto escolar traz consigo grandes desafios, na medida em que implica uma mudança de hábitos e mentalidades na abordagem educativa.

Trata-se de um novo paradigma com implicações na qualidade do trabalho desenvolvido nas escolas, na melhoria dos resultados escolares e na capacitação dos professores e alunos para enfrentar os desafios digitais de um mundo globalizado.

Nesse sentido, o AEJSR acompanha, e pretende continuar a acompanhar, a evolução da implementação do contexto digital nas dinâmicas da escola e no processo de ensino-aprendizagem. O seu objetivo é o de aumentar a literacia digital da comunidade escolar e melhorar as práticas pedagógicas e avaliativas.

Em suma, pretende-se valorizar os diferentes saberes e as diferentes metodologias; integrar alunos e elementos da comunidade educativa de ascendência diversa e com diferentes culturas; ajudar nas tomadas de decisão através da insistência na autonomia; conjugar diferentes conceções e opiniões com o contributo de todos; fomentar uma aprendizagem mobilizadora de valores e competências que possibilitam uma intervenção cívica livre, ativa e responsável sobre questões inadiáveis do mundo contemporâneo.

3.1. Visão e Missão

O Agrupamento de Escolas José Silvestre Ribeiro, Idanha-a-Nova, tem por missão concorrer para a educação e formação dos jovens da comunidade em que se insere.
No âmbito da visão estratégica do Agrupamento de Escolas, acreditamos que é possível cultivar uma escola verdadeiramente inclusiva, dinâmica, que acompanhe a evolução dos tempos, incutindo nos alunos autonomia e capacidade interventiva, criativa e empreendedora, que labore o respeito pelas diferenças, privilegie uma aprendizagem de qualidade e ofereça respostas educativas racionais, diversificadas e ajustadas à comunidade.

Partindo duma persistente atualização dos seus recursos humanos, do estabelecimento de relações de cooperação com diferentes personagens da comunidade e da parceria com outras instituições e entidades, pugnamos pela construção duma escola de qualidade assumidamente reconhecida pela comunidade que serve e pela persecução da melhoria do sucesso educativo dos seus alunos, não esquecendo o esforço no encaminhamento, reconhecimento e certificação das qualificações da população adulta.

Dessa forma, o Projeto Educativo do AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO, IDANHA-A-NOVA, orienta a sua ação em torno de uma missão central, a saber:

PROMOVER A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS,
CONSTRUINDO CONHECIMENTOS E COMPETÊNCIAS, SABERES E VALORES
ESSENCIAIS NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS TOLERANTES, JUSTOS E CIVICAMENTE RESPONSÁVEIS.

O desenho deste desígnio decorre da análise efetuada e dos dados recolhidos nos últimos anos, a nível local e nacional, das transformações sociais constantes e dos desafios tecnológicos crescentes. Desta missão central transcorre a formulação de diferentes objetivos estratégicos.

3.2. Objetivos e Metas

A fim de concretizar a visão integradora dos processos de ensino, de avaliação e de aprendizagem definida para o Agrupamento de Escolas emerge a formulação de diferentes **objetivos estratégicos**.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. FOMENTAR NOS ALUNOS ATITUDES DE TOLERÂNCIA, RESPONSABILIDADE, RESPEITO E SOLIDARIEDADE
2. PROMOVER NOS ALUNOS O GOSTO PELA CONSTRUÇÃO AUTÓNOMA DOS SABERES
3. AMPLIAR AS PRÁTICAS DE TRABALHO COOPERATIVO E COLABORATIVO
4. DESENVOLVER AS CAPACIDADES DE COMPREENSÃO, COMUNICAÇÃO E DE EXPRESSÃO
5. INCREMENTAR AS COMPETÊNCIAS DE USO DE FERRAMENTAS DE CAPACITAÇÃO DIGITAL
6. MELHORAR OS RESULTADOS ESCOLARES DOS ALUNOS
7. APERFEIÇOAR AS PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DO CURRÍCULO
8. IMPULSIONAR A INTEGRAÇÃO DOS ALUNOS DE DIFERENTES NACIONALIDADES
9. ELEVAR OS NÍVEIS DE ESCOLARIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO ADULTA

Dos objetivos estratégicos formulados assomam propósitos com especificidade mais apurada e destes, ações e atividades que servem de suporte numa fase subsequente à elaboração do plano plurianual de atividades.

Destacam-se os seguintes **objetivos complementares**.

- *Adaptar o currículo, selecionando as aprendizagens, para a possibilidade do sucesso pleno no ensino básico.*
- *Recuperar aprendizagens previstas, através de respostas personalizadas.*
- *Aprofundar a cultura profissional docente baseada em trabalho colaborativo.*
- *Concretizar diferentes modelos de organização das turmas de forma a permitir uma melhor adequação do ensino e da aprendizagem às características/necessidades dos alunos*
- *Gerir de forma integrada o currículo, numa lógica de ano de escolaridade e de ciclo de ensino.*
- *Assegurar o acompanhamento educativo de todos os alunos, de modo a garantir a conclusão do ciclo no tempo próprio.*
- *Potenciar o trabalho colaborativo e interdisciplinar no planeamento, realização e avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem.*
- *Promover a participação e o envolvimento dos alunos na vida da escola.*
- *Mobilizar as artes e os patrimónios nas escolas como recurso para as diferentes disciplinas, evidenciando a sua dinâmica transdisciplinar e a possibilidade de uso das diferentes linguagens.*
- *Promover a comunicação entre a escola e as famílias, através de canais diversificados, claros e simples, disponíveis para todos.*
- *Abranger as famílias na tomada de decisões relativas à concretização do currículo e em atividades da escola.*
- *Promover a capacitação das famílias através da elevação das qualificações dos pais e encarregados de educação.*

- *Fomentar a utilização da informação sobre itens da avaliação externa para apoio ao planeamento e às práticas pedagógicas.*
- *Reestruturar as práticas pedagógicas de acordo com as aprendizagens dos alunos.*
- *Garantir o acesso dos alunos e dos professores à fruição artística e à produção cultural, corrigindo as desigualdades nesse acesso (sociais, económicas ou territoriais).*
- *Fomentar a colaboração entre agentes artísticos e a comunidade educativa, promovendo um currículo integrador e o acesso a diferentes formas de cultura.*
- *Consciencializar para o valor do património cultural como fator de pertença e para as artes como promotoras da inclusão e da formação integral do cidadão.*
- *Promover o envolvimento da comunidade educativa alargada na promoção de estilos de vida ativos e saudáveis dos alunos.*
- *Promover o acesso à língua e cultura portuguesa para alunos de Português Língua Não Materna (PLNM).*
- *Promover a articulação entre elementos da EMAEI, CAA e demais estruturas educativas da Escola potenciando a ação educativa.*
- *Promover o sucesso educativo dos alunos e a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem assente numa abordagem multinível.*
- *Promover a dinamização de projetos de associações e entidades locais (de jovens e desportivas) com os estabelecimentos escolares.*

METAS E TAXAS DE SUCESSO

Respeitado o caráter excecional da retenção, considerando a dimensão eminentemente formativa da avaliação e a evolução do processo educativo dos alunos no ensino básico assente numa lógica de ciclo e garantindo que uma decisão de retenção só possa ser tomada após o devido acompanhamento pedagógico do aluno, em que foram traçadas e aplicadas medidas de apoio face às dificuldades detetadas, as metas estão definidas em termos de taxas de sucesso na avaliação interna definidas para cada ano de escolaridade e em termos da qualidade do sucesso (percentagem de alunos com classificação positiva em todas a disciplinas).

A definição das metas e taxas de sucesso a cumprir têm como referenciais a análise dos resultados da *avaliação interna,* de 2021 a 2025, as formulações inscritas nos *Relatórios TEIP,* dos últimos três anos letivos, e os alvos quantitativos arrolados no *Projeto de Candidatura ao cargo de Diretor* no ano de 2020.

Tab.13 – **Referenciais de Sucesso**

TAXAS DE SUCESSO NA AVALIAÇÃO INTERNA

	Referencial 2021/2025	2025/2026	2026/2027	2027/2028	2028/2029
1º Ciclo do ensino básico					
Final do 1º Ano*	**94%**	100%	100%	100%	100%
Final do 2º Ano*	**90%**	100%	100%	100%	100%
Final do 3º Ano*	**91%**	100%	100%	100%	100%
Final do 4º Ano	**96%**	94%	**95%**	96%	97%
2º Ciclo do ensino básico					
Final do 5º Ano*	**91%**	100%	100%	100%	100%
Final do 6º Ano	**93%**	92%	**93%**	94%	95%
3º Ciclo do ensino básico					
Final do 7º Ano*	**84%**	100%	100%	100%	100%
Final do 8º Ano*	**91%**	100%	100%	100%	100%
Final do 9º Ano	**90%**	88%	**89%**	90%	91%
Ensino secundário					
Final do 10º Ano*	**85%**	100%	100%	100%	100%
Final do 11º Ano*	**92%**	100%	100%	100%	100%
Final do 12º Ano	**97%**	92%	**92%**	93%	94%

*de acordo com disposto na Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto, ao abrigo do Dec-lei nº55/2018 de 6 de julho

Tab.14 – **Qualidade do Sucesso**

QUALIDADE DO SUCESSO (% de alunos com classificação positiva em todas as disciplinas)

	Referencial 2021/2025	2025/2026	2026/2027	2027/2028	2028/2029
1º Ciclo do ensino básico					
1ºAno	**87%**	86%	**86%**	87%	88%
2ºAno	**79%**	88.46%	**86%**	87%	88%
3ºAno	**89%**	95.23%	**87%**	88%	89%
4ºAno	**82%**	90.74%	**88%**	89%	90%
2º Ciclo do ensino básico					
5ºAno	**77%**	76.66%	**86%**	87%	88%
6ºAno	**79%**	81.13%	**87%**	88%	89%
3º Ciclo do ensino básico					
7ºAno	**56%**	48.87%	**61%**	62%	63%
8ºAno	**63%**	52.77%	**62%**	63%	64%
9ºAno	**60%**	47.72%	**63%**	64%	65%
Ensino secundário					
10ºAno	86%	44%	**92%**	93%	94%
11ºAno	81%	92%	**93%**	94%	95%
12ºAno	91%	93%	**94%**	95%	96%

Tab.15 – **Taxa de Abandono Precoce**

TAXAS DE ABANDONO PRECOCE (interrupção precoce do percurso escolar)

	Referencial 2021/2025	2025/2026	2026/2027	2027/2028	2028/2029
Taxas de abandono precoce					
1º Ciclo do ensino básico	**0,0%**	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
2º Ciclo do ensino básico	**0,0%**	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
3º Ciclo do ensino básico	**1,0%**	1,0%	0,9%	0,8%	0,7%
Ensino secundário	**2,0%**	1,0%	0,9%	0,8%	0,7%

Tab.15 – **Metas do Centro Qualifica**

CENTRO QUALIFICA

	Referencial 2021/2025	2025/2026	2026/2027	2027/2028	2028/2029
Metas Contratualizadas					
Nº inscritos		500	400	400	400

3.3. Organização Escolar

Tendo por objetivos centrais a celeridade na veiculação da informação e uma maior eficácia das decisões/orientações, a redução de custos inerentes e a neutralização da dispersão geográfica entre os estabelecimentos que o constituem, o Agrupamento de Escolas José Silvestre Ribeiro, Idanha-a-Nova, privilegia a utilização das tecnologias digitais no processo de comunicação quer interno quer externo.

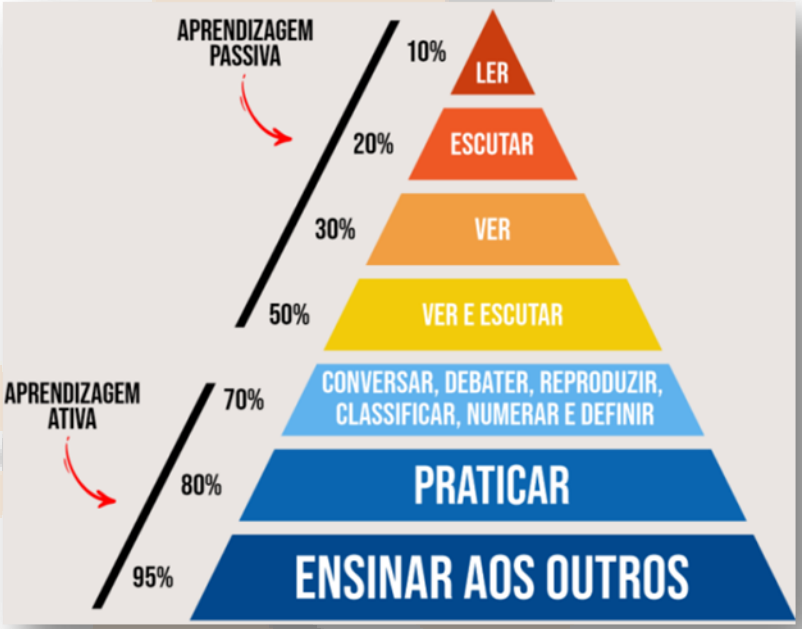
Sem prejuízo das reuniões dos vários órgãos e estruturas que obviamente terão de existir, quer em modo presencial, quer através de videoconferência, a rede de comunicação interna entre os órgãos de direção, as estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica e pessoal docente e não docente, é processada por via eletrónica, nomeadamente as convocatórias de reuniões e atas, bem como a divulgação de normativos legais e orientações emanadas pela administração central.
As mesmas vias serão adotadas no contacto com alunos, encarregados de educação e entidades parceiras e na divulgação à comunidade dos documentos estruturantes da vida do Agrupamento de Escolas e dos projetos e atividades a desenvolver.

Para os alunos que apresentem barreiras à sua aprendizagem serão definidas medidas de apoio de diferentes tipologias: universais, seletivas ou adicionais, de acordo com o estabelecido na legislação vigente. Aos alunos que, em resultado do processo de referenciação pelo Conselho de Turma; Educador ou Professor Titular de Turma e análise pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), o relatório técnico-pedagógico fundamente a necessidade de aplicação de medidas seletivas ou adicionais e após a homologação deste pelo Diretor, o Agrupamento de Escolas proporciona-lhes respostas adequadas às necessidades educativas estipuladas no respetivo Programa Educativo Individual (PEI) e Plano Individual de Transição (PIT).

O Decreto-Lei nº 54/2018, estabelece o regime jurídico da educação inclusiva, implementando princípios e normas que promovem a integração e inclusão de todos os alunos/crianças, respeitando as diferenças de cada um, a sua diversidade de capacidades, potencialidades e necessidades, através da mobilização dos diversos meios disponíveis na comunidade educativa.

Esta legislação tem por base o *Desenho Universal para a Aprendizagem* (*Glasser*) que mostra a importância de desenvolver processos pedagógicos que incluam formas diversificadas de motivação e envolvimento dos alunos, que equacionem múltiplos processos de apresentação dos conteúdos a aprender e, por último, que possibilitem a utilização de diversas formas de ação e expressão por parte dos alunos.

Fig.4 – **Pirâmide de Aprendizagem de Glasser** [5]



A abordagem multinível de acesso ao currículo assenta nos modelos curriculares flexíveis, na avaliação formativa, com retorno sobre as medidas implementadas, na intervenção e interação com os pais ou encarregados de educação e no conjunto de medidas de apoio à aprendizagem, de que os alunos podem beneficiar de acordo com as suas competências, potencialidades e interesses.

As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão distribuem-se em três níveis: universais, seletivas e adicionais.

Fig.5 – **Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão** [6]

A unidade de apoio especializado para a educação de alunos, apresenta um conjunto devidamente organizado de respostas educativas e tem como principal objetivo aplicar metodologias e estratégias de intervenção interdisciplinares ou multidisciplinares adequadas às problemáticas específicas dos alunos, tendo em vista o seu nível de funcionalidade, o seu desenvolvimento educativo e a sua integração social e escolar.

4. REDES, PARCERIAS E PROTOCOLOS

Para a realização dos múltiplos intentos do Projeto Educativo, numa perspetiva inovadora e cooperante, o Agrupamento de Escolas José Silvestre Ribeiro procura desenvolver vários planos e participar em diferentes projetos, estabelecer parcerias e articular ações com entidades externas ao Agrupamento de Escolas, da comunidade regional ou outras, de índole local ou nacional.

Estruturas de desenvolvimento municipal, empresas diversas, estabelecimentos educativos e instituições várias, programas estatais e plataformas educativas distintas são parceiros fundamentais na concretização da tríade de competências: *conhecimentos*, *capacidades* e *valores*, estabelecendo protocolos formais ou constituindo sociedades pontuais, de acordo com os desígnios em jogo.

Destacam-se as colaborações, com protocolo estabelecido ou não, que se passam a mencionar:

- Contrato de Autonomia, partilhado entre o Ministério da Educação através da *Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares*, o *Agrupamento de Escolas* e o *Município de Idanha-a-Nova.*
- Protocolo com a *Câmara Municipal de Idanha-a-Nova* no domínio da organização e funcionamento das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) para o primeiro ciclo.
- Protocolo com a *Universidade de Évora* na modalidade de contrato de prestação de serviços para a promoção do aperfeiçoamento metodológico dos processos de monitorização, avaliação sistemática e melhoria do Projeto Educativo no âmbito do Projeto TEIP.
- Protocolo com a *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Idanha-a-Nova*.
- Projeto Mediadores Municipais interculturais com a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.
- Colaboração com a *Orquestra Sem Fronteiras.*
- Protocolo de colaboração com o *Clube União Idanhense.*
- Protocolo de colaboração com o *Clube de Ténis de Idanha-a-Nova.*
- Protocolo de constituição de Clube de Ciência Viva com a *Universidade da Beira Interior* e o *Instituto Politécnico de Castelo Branco.*

A colaboração com entidades e instituições e a definição de ações com as turmas deve dar resposta aos diferentes *Planos de Turma* e à *Estratégia de Educação para a Cidadania* definida para o Agrupamento de Escolas. As ações apresentadas devem respeitar essa definição e integrar os objetivos delineados pelas Equipas Educativas / Conselhos de Turma / Conselhos de Docentes. As mesmas são parte integrante do Plano Anual de Atividades do Agrupamento de Escolas.
Quanto às *parcerias* que envolvem projetos e ações, sobressaem as seguintes:

- PROJETO EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE
  Projeto Viver Melhor / Projeto +Contigo / Sessões Saúde Escolar e outras ações pontuais
- CÂMARA MUNICIPAL IDANHA-A-NOVA
  Gabinete de Educação / PIPSE *plano integrado de promoção do sucesso escolar /* Projeto Afirma-te / Projeto Gente Raiana / Projeto Mediadores Municipais Interculturais (com várias acções conjuntas)
- CPCJ
  Sessões direcionadas aos EE e outras ações pontuais (com EMAAF)
- GEOPARK NATURTEJO
  Ações de Educação Ambiental / Saídas de Campo / Sessões de divulgação / Ações de florestação
- GNR ESCOLA SEGURA
  Ações de sensibilização ao longo do ano letivo sobre diferentes temas
- BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IDANHA-A-NOVA
  Ações de sensibilização ao longo do ano letivo
- ASSOCIAÇÃO ESTUDANTES
  Definição de ações pontuais

5. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Cabe ao Conselho Geral de acordo com o Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho, "*aprovar o projeto educativo e acompanhar e avaliar a sua execução*". Sem prejuízo das competências deste órgão, a monitorização e acompanhamento do PE será feita pelo Conselho Geral em articulação com a equipa de autoavaliação do Agrupamento de Escolas.

A avaliação do Projeto Educativo é essencial para a aferição do seu grau de eficácia. Torna-se necessário compreender de um modo concreto e sistemático o que está a resultar e a falhar na implementação do projeto, no sentido de estabelecer as necessárias correções e aperfeiçoamentos.
A avaliação pretende medir o grau de realização das ações de acordo com os critérios definidos.

Sendo o Projeto Educativo um documento de vigência trienal que consagra a orientação educativa do Agrupamento de Escolas, impõe-se a necessidade de perceber, de forma sistemática e concreta, o modo como decorre a sua implementação, identificar os seus pontos fortes e os pontos fracos, rever estratégias e métodos de trabalho, perspetivar a regulação da ação educativa e contribuir para a formação dos atores participantes de forma a regular a atividade do agrupamento de escolas.

Por isso, a avaliação do PE decorrerá no final de cada ano letivo do triénio e no final da respetiva vigência. Caberá à equipa de autoavaliação, com o auxílio das estruturas intermédias do agrupamento de escolas, acompanhar e monitorizar a execução das ações através da elaboração de relatórios que serão comunicados ao Conselho Pedagógico e ao Conselho Geral com o intuito de aperfeiçoamento e melhoria do próprio projeto.

Arrolam-se, de seguida, os critérios de avaliação do Projeto Educativo.

Tab.16 – **Critérios de Avaliação do Projeto Educativo**

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO [7]

	Critérios de Avaliação	Questões orientadoras	Instrumentos de avaliação
Relevância	Avaliar em que medida os **objetivos** estabelecidos contribuem para resolver o problema ou aproveitar uma oportunidade identificada.	*Quais são os problemas que se colocam no contexto de intervenção da escola?* *Os objetivos estabelecidos contribuem para resolver os problemas identificados?*	- Questionários - Relatórios de avaliação e de monitorização
Coerência	Verificar se os **recursos** humanos, materiais e financeiros são suficientes para fazer face aos objetivos.	*- Os objetivos estão bem hierarquizados?* *- Os meios previstos são coerentes com a ambição do PE?*	
Eficácia	Estimar em que medida os **resultados** previstos, no PE, foram atingidos, quais os desvios verificados e a sua justificação.	*- Os objetivos estratégicos do PE foram alcançados?* *- Quais os desvios verificados e porquê?*	
Impacto	Ponderar em que medida o **objetivo** central do PE foi alcançado.	*- O objetivo estratégico foi alcançado?* *- Quais as alterações que o PE produziu sobre a escola?* *- Quem foram os principais beneficiários do PE?*	
Eficiência	Apurar a relação entre as várias **ações pedagógicas** e os resultados obtidos.	*- A gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros é a mais eficiente?* *- Que alterações devem ser contempladas?*	

6. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

Após validação em sede do conselho pedagógico e aprovação pelo conselho geral, o projeto educativo será apresentado a toda a comunidade educativa.

A apropriação das linhas orientadoras e da opção estratégica do agrupamento, expressas no projeto educativo, por todos os elementos da comunidade educativa, implica uma estratégia de comunicação e divulgação quer interna quer externa.

Divulgação à comunidade educativa em geral

O projeto educativo será disponibilizado na página eletrónica do Agrupamento de Escolas – *agrupamentoidanha.com*

Divulgação aos alunos

Tendo por finalidade o conhecimento do projeto educativo por parte dos alunos, no início de cada ano letivo, nos tempos letivos de *Cidadania e Desenvolvimento*, cada diretor de turma fará com os alunos a sua exploração.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) https://www.ine.pt/ & http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/
(2) https://www.pordata.pt/ & https://www.ine.pt
(3) https://www.researchgate.net/
(4) Sistema MISI https://www.dgeec.mec.pt/
(5) https://www.plantareducacao.com.br/
(6) https://www.comregras.com/
(7) https://scholar.google.pt/

LIVROS CONSULTADOS

- ALARCÃO, Isabel (org.) (2001). *Escola Reflexiva e Nova Racionalidade*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- AZEVEDO, Rui (Coord.) (2011). *Projetos Educativos: Elaboração, Monitorização e Avaliação*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P.
- BARROSO, João (2005). *Políticas Educativas e Organização Escolar*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CARVALHO, Adalberto Dias (org.) (1993). *A Construção do Projeto de Escola*. Porto: Porto Editora.
- CARVALHO, Angelina e DIOGO, Fernando (1994). *Projecto Educativo*. Porto: Edições Afrontamento.
- FERNANDES, Margarida Ramires (2000). *Mudança e Inovação na Pós-Modernidade: Perspectivas curriculares*. Porto: Porto Editora.
- FONTOURA, Madalena (2006). *Do Projecto Educativo de Escola aos Projectos Curriculares – Fundamentos, processos e procedimentos*. Porto: Porto Editora.
- MORGADO, José Carlos (2005). Currículo e Profissionalidade Docente. Porto: Porto Editora.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

- DGE - Projeto de Autonomia e Flexibilidade & Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória
- DGE - Estratégia de Educação para a Cidadania
- Projeto Plurianual de melhoria TEIP do AEJSR
- Projeto MAIA - Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica
- Documento estruturante do Centro Qualifica do AEJSR
- Projeto de candidatura ao cargo de Diretor do AEJSR no ano de 2020
- Contrato de Autonomia DGE / DGEstE / CMIaN / AEJSR

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

- Lei n.º46/86, de 14 de outubro (LBSE)
- Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de agosto
- Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de agosto
- Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril
- Decreto-Lei nº137/2012, 2 de julho
- Portaria 223-A/2018, de 3 de agosto
- Portaria 226-A/2018, de 7 de agosto
- Despacho nº 6478/2017, 26 de julho

APROVAÇÃO

Apreciado, com parecer favorável, na reunião do Conselho Pedagógico de 23 de julho de 2026.

- O PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO

Assinado por: **PAULO ALEXANDRE DOS ANJOS FRIAS**
Num. de Identificação: 08176003
Data: 2026.09.07 16:48:51+01'00'

_____

Paulo Frias

Aprovado na reunião do Conselho Geral de 2 de setembro de 2026.

- A PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL

Assinado por: Luísa Isabel Carvalho Leitão Gomes Coelho
Identificação: BI08067253
Data: 2026-09-09 às 15:00:15

_____

l Coelho